

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.012 - RJ (2018/0217646-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADO : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

AG INTERNO - IMPROVIMENTO Apelação. Concessionária do serviço público de águas e esgotos. Cedae. Serviço de fornecimento de água prestado de forma intermitente e ineficiente – legitimidade do Ministério Público para propositura da ação. - Admissão em contestação quanto ao vício na prestação do serviço – obrigação de fazer quanto a normalização do serviço, afastando-se os danos morais – Mantidos todos os demais termos da sentença – Improvimento dos apelos.

Nas suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 458, II e III, 535, I, do CPC/1973 e do art. 18 da Lei 7.347/85. Aduz nulidade por negativa de tutela jurisdicional e, no mérito, insurge-se contra a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1112/1123.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 1.126/1.128.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 1.146/1.149).

Aceita a prevenção arguida pelo em. Ministro Napoleão Maia (e-STJ fl. 1.168).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, observo que o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que não há "violação dos arts. 458, II e 535, II, do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal *a quo* apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os

motivos e fundamentos que o embasam" (AgInt no REsp 1.595.920/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016), como verificado no caso.

Dito isso, tenho que assiste razão ao recorrente.

O acórdão recorrido foi proferido em dissonância com a orientação jurisprudencial desta Corte, firme de que, nos termos do art. 18 da Lei 7.347/85, não há condenação em honorários advocatícios na ação civil pública, salvo em caso de comprovada má-fé. Referido entendimento, inclusive, é aplicado tanto para o autor, quanto para o requerido, em obediência ao princípio da simetria.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VERBA HONORÁRIA. SUCUMBÊNCIA. UNIÃO E SUAS AUTARQUIAS. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado segundo o qual não são devidos honorários advocatícios quando o Ministério Público é vencedor em ação civil pública. Tal orientação se estende quanto à possibilidade de imposição de condenação da verba sucumbencial a favor da União e suas autarquias.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.648.761/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/08/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO QUE TAMBÉM SE APLICA A UNIÃO. ISENÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA PREVISTA NA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência da Primeira Seção deste Superior Tribunal é firme no sentido de que, em favor da simetria, a previsão do art. 18 da Lei 7.347/1985 deve ser interpretada também em favor do requerido em ação civil pública. Assim, a impossibilidade de condenação do Ministério Público ou da União em honorários advocatícios - salvo comprovada má-fé - impede serem beneficiados quando vencedores na ação civil pública. Precedentes: AgInt no REsp 1.531.504/CE, Rel. Min. Mauro

# *Superior Tribunal de Justiça*

Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/9/2016; REsp 1.329.607/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 2/9/2014; AgRg no AREsp 21.466/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/8/2013; REsp 1.346.571/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/9/2013.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 996.192/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 30/08/2017).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PARCIAL PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para afastar a condenação do pagamento dos honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator